

Relatório e Contas 2022



Índice

Missão.....	4
Capital Social.....	4
Órgãos Sociais.....	5
I – Introdução.....	6
II – Enquadramento das Atividades.....	7
Atividades no plano institucional:.....	7
No plano da estrutura organizacional e do pessoal:.....	7
Proposta de Aplicação de Resultados.....	8
IV Plano de Atividades.....	10
DEPARTAMENTO DE CULTURA.....	11
Departamento de Educação, Reabilitação e Psicologia.....	14
GABINETE DE EDUCAÇÃO.....	14
<i>Jovens em Ação.....</i>	<i>14</i>
<i>Casa Farol.....</i>	<i>14</i>
<i>Orientação Estágios.....</i>	<i>15</i>
Rede de creches e CATL's.....	15
Movimento S.....	16
Heróis da Fruta.....	16
Rampa - DreamZone.....	17
Piquenique em Família.....	17
Programa Orientação Vocacional.....	17
Bolsas de Estudo Municipal.....	18
Intervenção Psicológica em situação de catástrofe parceria com a Proteção Civil Municipal.....	18
Orientação de Estágio Curricular.....	18
Outono Vivo.....	19
GABINETE ENVELHECIMENTO.....	19
Centros de Convívio 3ª Idade.....	19
Ser Ativo.....	19
Cuida +.....	20
Intervenção Psicológica na Terceira Idade - Lar de S. Brás.....	20
Cartão Municipal do Idoso.....	21
Estratégia Municipal para o Envelhecimento Ativo e Saudável do Município da Praia da Vitória.....	21

<i>Outras iniciativas no âmbito do Gabinete do Envelhecimento Ativo</i>	21
Departamento de Ação Social.....	22
V Prestação de Contas	25
Balança	26
Demonstração de resultados por Naturezas.....	28
Demonstração Individual das alterações no património líquido.....	30
Demonstração dos fluxos de caixa.....	32
Anexo.....	34
Mapas financeiros	34
Certificação Legal de contas	59
Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	63
Parecer Concelho fiscal.....	65
Ata	67

Relatório de Gestão



2022

Missão

Promover a criação, difusão, dinamização e animação cultural no espaço concelhio, através de todas as formas de manifestação das tradições culturais características do concelho, bem como de outras iniciativas que promovam o seu desenvolvimento cultural, designadamente, no campo da música, teatro, artes plásticas, literatura, audiovisual e criação de espaços e equipamentos culturais.

A Praia cultural tem também na sua missão o desenvolvimento e promoção da ação social e psicomotora, através de iniciativas de apoio aos jovens, às famílias e idosos do conselho em dificuldades ou em situação de risco e a criação de espaços e equipamentos sociais.

Também faz parte da sua missão o desenvolvimento sociocultural, pedagógico e turístico-cultural, designadamente através de iniciativas e ações que promovem o conselho em todas as vertentes referidas.

Também exerce todas as atividades desde que estejam relacionadas direta ou indiretamente no todo ou em parte, com a sua missão, designadamente através da prestação de outros serviços necessários na área cultural e social do concelho.

Capital Social

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de um milhão cento e quarenta mil setecentos e quinze euros, representado por duzentos e vinte e oito mil cento e quarenta e três títulos, de cinco euros cada um, correspondente à soma das seguintes participações:

- a) Uma de um milhão cento e dez mil quinhentos e noventa e cinco euros, representado por duzentos e vinte e dois mil e cento e dezanove títulos, pertencente ao Município da Praia da Vitória;
- b) Uma de vinte e nove mil quinhentos e noventa euros, representado por cinco mil novecentos e dezoito títulos, pertencente à Filarmónica União Praiense;
- c) Uma de duzentos e cinquenta euros, representado por cinquenta títulos, pertencente ao Corpo Nacional de Escutas;
- d) Uma de duzentos e cinquenta euros, representado por cinquenta títulos, pertencente ao Orfeão da Praia da Vitória;

- e) Uma de quinze euros, representado por três títulos, pertencente ao Grupo de Teatro Experimental "A Teia";
- f) Uma de quinze euros, representado por três títulos, pertencente ao Grupo Folclórico Fontes da Nossa Ilha.

Órgãos Sociais

Assembleia Geral:

Presidente: Dr^a Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira (Município da Praia da Vitória)

Vice-Presidente: Dr. Ricky Joe Batista (Município da Praia da Vitória)

Secretária: Lídia Marlene Ávila Branco (Município da Praia da Vitória)

Direção:

Presidente: Paula Cristina Borges de Sousa (Município da Praia da Vitória)

Vice-Presidente: Maria Madalena Medeiros Pereira (Filarmónica União Praiense)

Tesoureiro: Dr. Ricardo Jorge Peixoto Toste (Município da Praia da Vitória)

Secretário: Marco Aurélio Pamplona Meneses (Município da Praia da Vitória)

Vogal: Carlos Armando Ormonde da Costa (Município da Praia da Vitória)

Conselho Fiscal:

Presidente: Carlos Filipe Leal da Rocha (Município da Praia da Vitória)

Vogal: Otília Maria de Sousa Martins (Município da Praia da Vitória)

Relatora: Maria Judite Gomes Parreira (Município da Praia da Vitória)

I – Introdução

O presente Relatório de Gestão e Contas respeita ao exercício de 2022 correspondendo ao vigésimo quarto ano de atividade da Praia Cultural após a sua constituição em 1998.

A Praia Cultural foi formalmente criada, em 6 de julho de 1998, através de escritura pública que estabeleceu a parceria entre o Município da Praia da Vitória e entidades representativas do setor cultural, tendo os titulares dos seus órgãos sido eleitos em Assembleia Geral realizada no mesmo dia.

As entidades cooperadoras que fundaram a Praia Cultural, além do Município da Praia da Vitória, são: a Filarmónica União Praisense; o Corpo Nacional de Escutas; o Grupo de Teatro Experimental “A Teia”; a Cooperativa de Artesanato de Santa Cruz e o Grupo Folclórico “Fontes da Nossa Ilha”.

Em 2003 foi aceite como cooperante o Orfeão da Praia da Vitória.

Em 2005 a Cooperativa de Artesanato de Santa Cruz foi dissolvida, deixando de ser cooperante.

A 26 de Dezembro de 2018 foi aprovada uma modificação da estrutura-organizacional

O Plano de Atividades e Orçamento a que o presente Relatório respeita foi aprovado pela Assembleia Geral, realizada em 03 de dezembro de 2021, por unanimidade, com a presença dos representantes do Município da Praia da Vitória.

O Conselho Fiscal, em conformidade com os Estatutos e a legislação aplicável, emitiu parecer positivo, incidindo sobre as propostas elaboradas pela direção, nos prazos legais.

II – Enquadramento das Atividades

No exercício de 2022 assinalam-se as atividades mais relevantes:

Atividades no plano institucional:

Realizaram-se três reuniões de assembleia-geral – A primeira a 31/03/2022, a segunda a 07/06/2022, a terceira a 27/07/2022, a quarta a 06/09/2022 e a quinta e última no dia 24/11/2022 onde se deliberaram por unanimidade, da qual foram lavradas as respetivas atas que foram deliberados por unanimidade.

No plano da estrutura organizacional e do pessoal:

Foi modificada, a estrutura organizacional tendo sido aprovada em 26 de dezembro de 2018 estas mesmas modificações, sendo que estas se mantem a data do presente relatório.

No final do ano de 2022 a Praia Cultural tinha 165 funcionários

Com respeito aos cargos de direção superior manteve-se a composição prevista nos Estatutos, ou seja, um Presidente, um Vice-Presidente, um Tesoureiro, um Secretário e um Vogal, todos não remunerados tendo sido a lista aprovada em assembleia Geral de 8 de novembro de 2021.

Sessões Ordinárias da Assembleia da Cooperativa

31 de março de 2022

07 de junho de 2022

27 de julho de 2022

06 de setembro de 2022

24 de novembro de 2022

Sessões Ordinárias da Direção

17 de janeiro de 2022

04 de março de 2022

28 de março de 2022

24 de maio de 2022

03 de junho de 2022

21 de julho de 2022

06 de setembro de 2022

18 de outubro de 2022

24 de novembro de 2022

16 de dezembro de 2022

Proposta de Aplicação de Resultados

A direção propõe á Assembleia-Geral que o resultado líquido positivo do exercício, no montante de 531.579,24€ transitem para resultados transitados no montante de 478.421,32€ (90%), para reservas legais no montante de 265.78,96€ (5%) e para reservas para a educação e formação no montante de 265.78,96€ (5%), conforme o Artigo nº 48 dos estatutos da Praia Cultural- cooperativa de Interesse publico e Responsabilidade Lda.

Relatório Anual de Atividades



2022

IV Plano de Atividades

No ano de 2022 foram desenvolvidas um conjunto de Iniciativas, conforme previsto no respetivo plano de atividades.

Índice da Programação por sectores

DEPARTAMENTO DE CULTURA

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, REABILITAÇÃO E PSICOLOGIA

DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

DEPARTAMENTO DE CULTURA

Este departamento destacou-se em 2021 por desenvolver e produzir atividades culturais de caráter geral no Auditório do Ramo Grande, Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira bem como em outros espaços culturais de referência do Município da Praia da Vitória. Destacamos as seguintes iniciativas:

Dia	Atividade	Local
• 18 fevereiro	TEATRO/MÚSICA	“TEATRO Variedades do Porto Judeu
• 27 fevereiro	CINEMA	“Cantar 2”
• 06 fevereiro	MÚSICA	“A MAGIA DA DISNEY” - ACPJ
• 11/12 março	CINEMA	“LICORICE PIZZA”
• 13 março	CINEMA	“MEU QUERIDO MONSTRO”
• 19 março	MÚSICA	Concerto Aniversário FUP
• 20 março	COMEMORAÇÃO	Dia Mundial do Bombeiro
• 24 março	MÚSICA	Audição Flauta
• 25 março	MÚSICA	CONCERTO SOLIDÁRIO “Ajudar Ucrânia
• 26 março	TEATRO	“A TASCA” – Grupo Teatro a Sala
• 31 março	CINEMA	Cinema Independente Americano
• 22 abril	MÚSICA	Concerto “Solo9viola”
• 24 abril	CINEMA	“Salgueiro Maia – O Implicado”
• 25 abril	MÚSICA	Concerto FADOALADO e Rodrigo Aleixo
• 26 abril	CINEMA	“Salgueiro Maia – O Implicado”
• 26 abril	CINEMA	“Salgueiro Maia – O Implicado”
• 6 a 13 de maio	BIOFLOW	Respire Sutil – Bioflow Açores
• 7 maio	TEATRO	“O Assassino de Macário” – PEDRA-MÓ
• 13 maio	TEATRO	“ID a tua marca na net”
• 13 maio	TEATRO	“ID a tua marca na net”
• 19 a 22 maio	DANÇA	“Azores Tango Adventure”
• 2 junho	MÚSICA	“Audições Classe Flauta – Prof. Leonor
• 11 e 12 junho	TEATRO	Teatro Plano – “Romeu e Julieta”
• 14 junho	MÚSICA	Concerto Banda da Força Aérea
• 18 junho	DANÇA	Demonstração e Aula Aberta – Vanessa Canto
• 19 de junho Rodrigo Lima	MÚSICA	Audição de Flauta – Classe do Prof.

- 28 junho LITERATURA Apresentação Livros “Alma Terceirense” e “Clemente e Mariana” – Victor Santos
- 20 junho a 3 julho EXPOSIÇÃO “Os Senhores da Limpeza” – CMPV
- 4 julho APRESENTAÇÃO AZORES 2027
- 5 julho PALESTRA Ergonomia – Inspeção Regional Trabalho
- 9 e 10 de julho TEATRO “Acho que estamos todos bem”
- 14 e 15 julho FORÚM “Educação Inclusiva – Que Mudanças” – GISPO
- 22 julho MÚSICA Concerto Flauta, Clarinete e Piano
- 24 julho MÚSICA Orquestra de Flautas Universidade Aveiro
- 29 a 13 agosto FESTAS FESTAS DA PRAIA 2022
- 25 agosto LITERATURA Apresentação do Livro “A Indústria Baleeira Açores”
- 2 e 3 setembro MÚSICA ROCK FEST
- 7 setembro CONFERÊNCIA “Rendimento Básico Incondicional” – CLA
- 17 setembro MÚSICA Concerto WAVE JAZZ ENSEMBLE
- 29 setembro CINEMA Mostra de Cinema “CINEMA SEM CONFLITOS”
- 1 outubro MÚSICA Concerto Fil. Sta. Bárbara&UZHOMS
- 2 outubro CINEMA “AVATAR”
- 14 e 15 outubro CINEMA “A BESTA”
- 16 outubro MÚSICA Concerto Grupo Coral da Portela
- 21 e 22 outubro CINEMA “PANAMÁ”
- 21 outubro CINEMA “TAD – O EXPLORADOR”
- 26 outubro CONFERÊNCIA IV Encontro Boas Práticas Museológicas
- 28 out a 13 novembro OUTONO VIVO
- 18 a 20 novembro CINEMA 30ª Curtas Vila do Conde
- 25 e 26 novembro TEATRO Espetáculo “Fala quem sabe”
- 28 e 29 novembro MÚSICA Audições Conservatório Praia da Vitória
- 3 dezembro MÚSICA CONCERTOS ÚNICO – João Pedro Pais
- 4 dezembro CINEMA “CORAÇÃO DE FOGO”

- 8 dezembro MÚSICA Bel Cantus & Filarmónica Aqualva –
Concerto Natal Auditório Ramo Grande
- 9 e 10 dezembro CINEMA “BLACK PANTHER”
- 14 dezembro MÚSICA Audições Conservatório Praia da Vitória
- 15 a 21 dezembro CINEMA ESTREIA NACIONAL “AVATAR – o
Caminho da Água”
- 17 dezembro MÚSICA Concerto Ana Bacalhau
- 18 dezembro CINEMA “STRANGE WORLD”

Departamento de Educação, Reabilitação e Psicologia

GABINETE DE EDUCAÇÃO

O Gabinete de Educação manteve a sua atividade base relacionada com os projetos que são desenvolvidos pelos técnicos dos seus quadros, as atividades decorreram dentro da normalidade e com uma padronização normal da sua natureza.

Jovens em Ação

Foram dinamizadas atividade pedagógicas inerentes do planeamento realizado para a população alvo - jovens com necessidades educativas especiais -, foram comemoradas as épocas festivas e correspondeu -se ao Plano Anual de atividades, previamente elaborado para o ano letivo 2021/2022.

Nas duas primeiras semanas de férias, pela primeira vez, foram promovidas colónias de férias, adaptadas às especificidades deste grupo.

Iniciando-se o novo ano letivo 2022/2023, procedeu-se à reflexão e planeamento das atividades de vida diária a serem desenvolvidas ao longo do novo ano letivo. Elaborou-se o plano anual de atividades, bem como se reviu o regulamento interno, ficha de inscrição e contrato de prestação de serviços.

O ano letivo presente iniciou-se com a mudança do projeto para as novas instalações sitas na EB1/JI de Santa Luzia. Este projeto é visitado mensalmente pela “Tasca dos Livros”, da responsabilidade da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro.

De referir, que o plano de atividades de 22/23, conta com as seguintes atividades fixas: jardinagem, AVD's, culinária, equitação e natação. As restantes atividades vão ao encontro do Plano Anual de Atividades: “Jovens descobridores”.

Casa Farol

A Casa Farol é um apoio a uma comunidade desfavorecida, excluída e marginalizada socialmente. Insere-se num bairro periférico com grandes problemas sociais, culturais, educativos e económicos.

O projeto inclui várias dinâmicas destinadas à infância desfavorecida, onde foca aprendizagens não só académicas, mas sociais, emocionais, psicológicas, pessoais...

Ao longo do ano de 2022, foram desenvolvidas atividades como: D'arte, Apoio educativo, psicológico, Ateliers de culinária, desporto, música, ateliers de Arte e expressão

plástica. Este projeto é visitado mensalmente pela “Tasca dos Livros”, da responsabilidade da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro. Foram, de igual modo, comemorados os dias festivos do ano, bem como aderimos ao projeto “Missão Pijama”, comemorando o Dia Nacional do Pijama e a finalidade do mesmo – “uma criança tem direito a crescer numa família”. Pelas férias da Páscoa dinamizaram-se colónias de férias, destinadas ao público alvo, bem como no decorrer do mês de julho. Estas foram colónias que decorram sobretudo em espaço exterior, permitindo o contato com a natureza e o acesso a espaço que dificilmente as crianças desta comunidade visitam, a não ser em contexto de colónias ou no âmbito escolar. Foi exemplo disso a visita ao Centro de ciência de Angra do Heroísmo. Foi também dinamizada um *colorfest* no exterior da casa Farol, aberta a todas as crianças da Serra de Santiago que quisessem participar.

A 22 de dezembro, realizou-se o tradicional almoço de Natal.

Orientação Estágios

O gabinete de educação em parceria com a Escola Francisco Ornelas da Camara recebe jovens das turmas do Regime Educativo Especial desta escola, integrando os mesmo nos serviços e equipas do município, cabe aos técnicos do gabinete acompanhar os estágios dos alunos, acompanhamento este que decorreu dentro da normalidade, com os alunos integrados e com funções a desempenhar, assim como, os colaboradores municipais dispuseram de um apoio do gabinete na integração dos jovens nas equipas.

De referir, que estes jovens são mensalmente visitados pela técnica responsável pelo estágio, aferindo e acompanhando o decorrer do estágio.

Rede de creches e CATL's

Fiscalizar e mediar a relação entre o concessionário e o município são competências da essência da concessão, no entanto uma vez que a rede de creche e CATL's encontra-se em reestruturação existiu necessidade da criação de um caderno de encargos para concessão do CATL do Porto Martins, Cabo da Praia e da Creche e CATL da Fonte do Bastardo, após conclusão foi aberto o concurso e obteve como concessionário

Em maio repartiu-se a gestão do CATL das Lajes com a entidade concessionária – Ouriços e Estrelas - preparando a transição para que assumíssemos o seu funcionamento, uma vez que o concessionário por razões pessoais solicitou a rescisão do contrato.

Foi estabelecido uma parceria para coordenação pedagógica com a empresa Gu e a Tita após auscultado todos as outras empresas que prestam serviço na mesma área, Geo Kids, Divertiláxia

e Olhar Poente, uma vez que foi a única entidade que assumiu dar a resposta tal e como estava a ser dada pelo anterior concessionário a parceria tem a duração até final do mês de agosto.

Setembro caracteriza-se pela inclusão da Creche e CATL das Lajes integrar a rede municipal de CATL's tal como a Reabertura do CATL da Agualva, assim como, o CATL do Cabo da Praia após desistência da empresa vencedora da concessão.

Foram realizadas reuniões com os pais do CATL do Cabo da Praia, São Brás e Lajes, com a apresentação das equipas que irão durante o ano letivo 22/23 desenvolver as atividades a realizar nos CATLS, e foi igualmente apresentado o novo regulamento interno para apreciação dos pais.

De referir que são dinamizadas várias atividades na Rede de creches e CATL's, pelos técnicos do Departamento de Educação e envelhecimento ativo, como é o caso do programa Lótus que consiste em sessões de relaxamento para crianças.

Em dezembro, foi realizada a primeira festa de Natal da Rede de Creches e CATLS do Município. A Festa realizou-se na freguesia da Agualva, no dia 17 de dezembro, contando com várias parcerias e com a motivação da educadora, monitoras e auxiliares, bem como dos pais. É de salientar a presença dos presidentes de junta das várias freguesias que albergam os CATLS e creche Municipal, bem como do executivo camarário.

Movimento S

Os técnicos do gabinete de educação percorreram as pré-escolas e as escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho da Praia da Vitória com a divulgação do filme Movimento S, filme este que aborda a temática dos estilos de vida saudável e a importância da adoção dos mesmos ao longo da vida, para além do filme será exibido na SIC Mulher uma série que dará continuidade à abordagem realizada pelo filme.

Heróis da Fruta

A Associação Portuguesa Contra a Obesidade Infantil (APCOI) lançou uma aplicação que de forma lúdica e abrangente coloca não são as crianças, que são o foco e motivo do lançamento da aplicação, mas também os familiares a saírem do sofá, o município associou-se a esta

iniciativa permitindo desta forma a descoberta de 17 baús espalhados do Porto Martins aos Biscoitos.

Rampa - DreamZone

O gabinete de educação teve a seu cargo a gestão logística e secretariado da Rampa de Acessibilidades para Cadeirantes, colaborando tal como nos anos anteriores para que o recinto DreamZone seja acessível a todos.

Piquenique em Família

Em maio assinalou-se o Dia Mundial da Família, com a organização de um piquenique em família no paul da praia da vitória, por questões atmosféricas teve de ser adiado por duas vezes a sua realização, acabando por ser cancelado. De referir que este foi um projeto que contou com a colaboração de todos os técnicos do departamento.

Programa Orientação Vocacional

Este programa destina-se a Alunos do 12º ano da Escola Secundária Vitorino Nemésio, que pretendam ingressar no ensino superior. Visa-se a preparação para a entrada da Universidade, dando ferramentas e proporcionando momentos de reflexão e aconselhamento sobre o futuro profissional dos jovens, para que estes façam as suas escolhas com consciência e conhecimento relativamente ao curso que irão frequentar.

É entregue um relatório vocacional na presença do encarregado de educação, por forma a que as famílias também sejam parte integrante neste processo.

No passado mês de setembro, inscreveram-se 83 jovens, na faixa etária dos 17 aos 19 anos, para frequentarem o programa de Orientação Vocacional. Este programa consiste em 5 sessões de grupo com a duração de 2 horas:

- As três primeiras sessões: Aplicações de teste vocacionais (Interesse/aptidão/valores profissionais);
- A quarta sessão: Os resultados dos testes Vocacionais/Esclarecimento de dúvidas
- Quinta Sessão: Preparação dos jovens para a universidade
- Sexta Sessão: Entrega do Relatório ao jovem (Na presença do encarregado de educação.)

Bolsas de Estudo Municipal

Esta é uma medida prevista no Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo que visa apoiar Municípios com maiores dificuldades financeiras, devidamente comprovada e que pretendam frequentar estabelecimentos de ensino superior ou técnico profissional ou mestrados (reconhecidos pelo Ministério da educação)

Uma das técnicas de psicologia faz parte da Comissão de Análise de Bolsas de Estudo da Câmara Municipal da Praia da Vitória, fazendo a análise das candidaturas para aprovação ou não de bolsas de estudo, bem como, renovação das mesmas, ao abrigo do Regulamento nº 902/2016 do Município da Praia da Vitória.

Intervenção Psicológica em situação de catástrofe parceria com a Proteção Civil Municipal

Com esta parceria, pretende-se dar resposta aos sobreviventes, aos familiares das vítimas, que foram afetados nas comunidades, nomeadamente, nas cheias, inundações, incêndios urbanos, deslizamentos de terras ou sismos, ou suicídio.

Em agosto 2022, surgiu o primeiro **apoio psicológico** em situação de catástrofe. Esse apoio foi realizado em 3 sessões, em que a técnica se deslocou a casa da família da vítima a fim a prestação de apoio psicológico.

Orientação de Estágio Curricular

Ao longo do ano de 2022, uma das técnicas do departamento, foi orientadora de um estágio curricular de uma aluna de mestrado Integrado, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade do Porto. Este estágio curricular prioriza a área social e contou com a duração de **436 horas**. Neste sentido, considerando que o público-alvo eram, maioritariamente, jovens do ensino secundário, este teve como objetivos: **(1) reforçar o relacionamento interpessoal positivo; (2) evidenciar estratégias de motivação para o trabalho e gestão de conflitos; (3) intervir a favor da coesão social e de competências pessoais (autoconhecimento, autoestima, entre outros); e (4) intervir na comunidade escolar acerca da violência no namoro, de forma a combater este problema social.**

Outono Vivo

Todo o departamento esteve envolvido na Coordenação e gestão do XVII Festival Literário – Outono Vivo, desde a montagem, classificação e disposição de livros, até à venda no decorrer da Feira.

De frisar que no decorrer deste evento literário o Gabinete de Educação foi responsável pela dinamização da mesa redonda: “Saudavelmente na escola”, com a participação de vários técnicos especialista em matéria de Saúde Mental, direcionado a toda a comunidade educativa.

O Gabinete de Envelhecimento Ativo dinamizou um recital de poesia, acompanhado por música, destinado à população sénior do concelho. Participaram ativamente na divulgação e distribuição desta pelos vários centros de convívio do concelho, bem como na dinamização e acompanhamento dos seniores que assistiram ao recital e posteriormente visitaram a feira.

GABINETE ENVELHECIMENTO

Foi o gabinete de envelhecimento que sentiu e sente a dificuldade da retoma das suas atividades, uma vez que a população sénior do concelho da Praia ainda sofrem um pouco dos novos hábitos criados com o interregno originado pela pandemia que assolou o mundo, desta forma o gabinete sente que já existe um retomar não na medida que se esperava, mas que já existem sinais da sua retoma e um retorno à “normalização”, desta forma permitiu que fossem retomados projetos e iniciados novos campos de intervenção.

Centros de Convívio 3ª Idade

Iniciaram-se visitas aos centros que retomaram a sua atividade, levando junto a esta população do concelho para além das dinâmicas inerentes a esta população, atividades lúdico-educativas e de sensibilização.

Ser Ativo

Foram retomadas as aulas de exercício físico, realizadas nas freguesias do concelho, onde se denotou ao longo dos vários meses um crescente de inscritos em todas as freguesias do concelho.

Ao contrário dos anos anteriores o projeto Ser Ativo não interrompeu a sua atividade, tendo sido adaptado a sua implementação para realizar ao ar livre, decorreu de acordo com o esperado

tendo superado as expectativas de adesão ao programa de exercício físico durante os meses de junho, julho e agosto.

O Projeto em setembro retomou com o padrão de aulas em pavilhão retoma as aulas de hidroginástica e abre duas novas aulas, uma de mobilidade e outra de adaptação ao meio aquático.

Cuida +

Sendo a solidão um flagelo para a população sénior, e uma vez que a pandemia promoveu alguma solidão, pretende-se com a elaboração deste projeto dar suporte psicológico, cognitivo, emocional e social a pessoas com 65 anos ou mais, que se encontrem nas suas residências e que estejam em situações não só de isolamento/ solidão, mas também em luto/perda, dor crónica e quadros de demências. O “Cuida +” pretende ser uma resposta social de suporte psicológico, cognitivo, emocional e social, através de um acompanhamento individualizado aos idosos que se encontrem nas suas residências, e que se encontram numa situação de isolamento social e solidão, situações de luto/perda, quadros depressivos/ansiosos. O projeto atua em duas componentes: Acompanhamento/Apoio psicológico e Estimulação Cognitiva. Na estimulação cognitiva desenvolve-se atividades de raciocínio numérico, raciocínio lógico memória, habilidade visomotora, atenção/concentração, etc

A sua implementação iniciou-se em junho e no final de dezembro já apoiava 21 idoso.

Intervenção Psicológica na Terceira Idade - Lar de S. Brás

Este projeto decorreu no período Janeiro a Junho e de Setembro a Dezembro de 2022, assentando nos seguintes aspetos:

- Apoio psicológico individual: luto/perda, depressão, as transições de vida (como a reforma, a entrada num lar), a ansiedade, a dependência, conflitos interpessoais, entre outras.
- Estimulação cognitiva (em contexto de consulta individual).
- *Mindfulness* e relaxamento (em contexto de consulta individual).
- Intervenção em grupo: “Conversas com Chá” – espaço de diálogo, partilha de experiências e de saberes.

Cartão Municipal do Idoso

Destina-se a apoiar idosos com 60 ou mais anos, residentes no concelho da Praia da Vitória, proporcionando um conjunto de benefícios e apoios à população sénior fruto de parcerias com entidades públicas e privadas. A adesão ao Cartão Municipal do Idoso é feita mediante o preenchimento de formulário especialmente destinado para o efeito, entregue no Gabinete de Envelhecimento, tendo sido realizado este mês 20 novos cartões.

Em agosto iniciou-se a reformulação do Cartão Municipal do Idoso, neste momento aguardar-se a sua aprovação para sua implementação.

Estratégia Municipal para o Envelhecimento Ativo e Saudável do Município da Praia da Vitória

Com o início da estratégia municipal para o envelhecimento permitiu que internamente os projetos do gabinete de envelhecimento ativo fossem reestruturados e reorganizados em categorias ligadas à Saúde e Bem Estar / Inclusão da Comunidade Sénior / Participação Social, não são se reestruturou como também se encontra em preparação novos projetos para dar respostas aos eixos em que assenta a estratégia municipal para o envelhecimento

Outras iniciativas no âmbito do Gabinete do Envelhecimento Ativo

- Elaboração e apresentação de propostas para atividades com seniores – Manhãs Seniores – Jan 2022;
- Análise do regulamento de boas práticas para a promoção da saúde - “Healthy workplaces – locais de trabalho saudáveis” e apresentação de propostas para melhorar os locais de trabalho – fev/2022
- Elaboração da proposta “Oficina Domiciliária Sénior” – out/nov 2022
- Elaboração do Projeto “Universidade Sénior da Praia da Vitória” – set/out 2022
- Participação no SIMPÓSIO do Movimento #STOPIDADISMO – maio;

Departamento de Ação Social

Este sector desenvolveu no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2022 diferentes atividades que passamos a referir:

- Atendimento ao público;
- Adenda ao contrato de promessa de compra e venda relativamente ao processo do Bairro dos Americanos.
- Acompanhamento e encaminhamento de situações de carência grave articuladas com outras entidades competentes;
- Articulação com o Banco Alimentar para apoiar 18 agregados familiares;
- Reavaliação dos agregados beneficiários do Apoio ao Arrendamento para encaminhamento à Secretaria Regional da Habitação.
- Contacto com os munícipes envolventes no processo do bairro americano para esclarecimentos sobre a compra dos lotes e assinatura da respetiva adenda supramencionada.
- Recolha de documentação atualizada para marcação de escrituras (Bairro Americano);
- Levantamento de necessidades dos utentes que beneficiam de habitação social;
- Execução de visitas domiciliárias;
- Elaboração e avaliação de candidaturas para apoio ao arrendamento;
- Atribuição e renovação de subsídios de apoio ao arrendamento;
- Confirmação dos recibos do pagamento da renda dos beneficiários de subsídio de apoio ao arrendamento;
- Anulação dos AR cuja candidatura foi aceite pela SRH;
- Atribuição de um Fundo de Emergência Social;
- Elaboração e avaliação de 3 candidaturas para fundo de emergência social, posteriormente negadas por não reunirem as condições exigidas pelo regulamento;
- Averiguação e confirmação de FES anteriormente atribuídos;
- Acompanhamento na execução de obras de reparação na habitação social (Nossa Senhora do Ar 11);
- Reparações nas habitações vagas de modo a estarem prontas a acolher novas famílias;
- Avaliação da dívida da habitação social no âmbito de preparar os avisos de pagamento das rendas para serem expedidos;
- Avaliação de possíveis permutas nas habitações sociais, de modo que as tipologias sejam adequadas ao número de elementos dos respetivos agregados;

- Colaboração na implementação/atribuição de teleassistência em 2 agregados familiares.
- Avaliação de prioridades das reparações nas habitações sociais que estão por fazer;
- Colaboração na implementação/atribuição de teleassistência num agregado familiar.
- Conclusão do Plano de Estratégia Local de Habitação com objetivo de candidatura ao programa 1º Direito com a colaboração da empresa Vale Consultores;
- Iniciação do Plano Estratégico de Combate à Pobreza e à Exclusão Social com a colaboração da empresa Fundo do Maneio.

Relatório Anual de Contas



2022

V Prestação de Contas

Demonstrações financeiras a 31 De dezembro de 2022 e 2021

Índice das demonstrações financeiras

Balanço

Demonstração de resultados por Naturezas

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo

Certificação Legal de Contas

Relatório e parecer do fiscal único

Parecer concelho Fiscal

Atas

Balanço

Entidade: Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada
Balanco individual em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021
 (montantes em euros)

SNC-AP

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	2 842 198,39	2 923 077,59
Propriedades de investimento	7	252 232,80	256 141,44
Ativos intangíveis	8	4 255 904,56	4 348 424,22
Outros ativos financeiros	12	38 822,32	28 805,53
		7 389 158,07	7 556 448,78
Ativo corrente			
Inventários	10	3 987,41	7 939,11
Clientes, contribuintes e utentes	12	30 312,13	6 128,20
Estado e outros entes públicos	22	9 439,87	5 563,90
Outras contas a receber	12; 22	859 294,27	468 405,79
Diferimentos	13	9 127,86	11 723,50
Caixa e depósitos	5	59 786,98	34 681,10
		971 948,52	534 441,60
Total ativo		8 361 106,59	8 090 890,38
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	14	1 140 715,00	1 140 715,00
Reservas	14	12 556,42	12 556,42
Resultados transitados	14	(867 400,21)	(1 084 343,49)
Outras variações no Património Líquido	21	2 049 451,77	2 113 969,26
Resultado líquido do período	9	531 579,24	216 943,28
		2 866 902,22	2 399 840,47
Total do Património Líquido		2 866 902,22	2 399 840,47
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	15	4 326 569,78	4 625 738,40
		4 326 569,78	4 625 738,40
Passivo corrente			
Fornecedores	15	230 698,71	126 163,28
Estado e outros entes públicos	22	64 133,91	76 234,93
Financiamentos obtidos	15	502 083,01	502 249,63
Outras contas a pagar	22	370 718,96	360 663,67
		1 167 634,59	1 065 311,51
Total do Passivo		5 494 204,37	5 691 049,91
Total do Património Líquido e do Passivo		8 361 106,59	8 090 890,38

A Direção

Paulo Cristóvão de Sousa
Ricardo Teste
APC
APC

O Contabilista Certificado

Jose Manuel Mendes Albuquerque

Demonstração de resultados por Naturezas

Entidade: Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada
 Demonstração dos Resultados por Naturezas individual
 do período findo em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021
 (montantes em euros)
 SNC-AP

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas	20	94 822,53	238 017,65
Prestações de serviços	20	279 113,60	69 929,13
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	20; 21	3 922 427,44	4 025 055,70
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(84 393,98)	(117 180,86)
Fornecimentos e serviços externos	16	(776 079,47)	(529 338,08)
Gastos com o pessoal	17	(2 498 599,03)	(2 575 147,84)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	22	0,00	(386 260,15)
Aumentos/reduções de justo valor	12	(2 357,93)	0,00
Outros rendimentos e ganhos	22	64 834,69	72 186,29
Outros gastos e perdas	22	(77 970,25)	(190 743,84)
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		921 797,60	606 518,00
Gastos/reversões de depreciação e amortização	6; 7; 8; 18	(198 884,13)	(201 930,90)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		722 913,47	404 587,10
Juros e gastos similares suportados	19	(152 882,11)	(158 328,10)
Resultado antes de impostos		570 031,36	246 259,00
Imposto sobre o rendimento	9	(38 452,12)	(29 315,72)
Resultado líquido do período		531 579,24	216 943,28

A Direção

Paula Bode Inuse
Ricardo Tost
APR 20
M. L. L.

O Contabilista Certificado

João Manuel Mendes Alves Sousa

Demonstração Individual das alterações no património líquido

Entidade: Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

DESCRICÃO	NOTAS	Capital/ Património Realizado	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do património líquido
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO ALTERAÇÕES NO PERÍODO	6	1 140 715,00	12 556,42	(1 089 270,97)	2 173 449,75	4 927,48	2 242 377,68		2 242 377,68
Aplicação do resultado do período				4 927,48		(4 927,48)	0,00		0,00
Realização subsídios ao investimento					(59 480,49)		(59 480,49)		(59 480,49)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7		0,00	4 927,48	(59 480,49)	(4 927,48)	216 943,28		216 943,28
RESULTADO INTEGRAL	8						216 943,28		216 943,28
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9-7+8						216 943,28	0,00	216 943,28
Outras operações									
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	11=6+7+8+10	1 140 715,00	12 556,42	(1 084 343,49)	2 113 969,26	216 943,28	2 399 840,47	0,00	2 399 840,47

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DESCRICÃO	NOTAS	Capital/ Património Realizado	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do património líquido
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO ALTERAÇÕES NO PERÍODO	1	1 140 715,00	12 556,42	(1 084 343,49)	2 113 969,26	216 943,28	2 399 840,47		2 399 840,47
Aplicação do resultado do período				216 943,28		(216 943,28)	0,00		0,00
Outras alterações no capital próprio					(64 517,49)		(64 517,49)		(64 517,49)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2		0,00	216 943,28	(64 517,49)	(216 943,28)	531 579,24		531 579,24
RESULTADO INTEGRAL	3						531 579,24		531 579,24
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4=2+3						531 579,24	0,00	531 579,24
Outras operações									
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	5 6=1+2+3+5	1 140 715,00	12 556,42	(867 400,21)	2 049 451,77	531 579,24	2 866 902,22	0,00	2 866 902,22

A Direção

Paulo António Fernandes
Luís António Fernandes

O Contabilista Certificado

Paulo António Fernandes

Demonstração dos fluxos de caixa

Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		349 752,20	319 098,16
Pagamentos a fornecedores		(766 039,33)	(745 354,82)
Pagamentos ao pessoal		(2 481 533,02)	(2 495 917,26)
Caixa gerada pelas operações		(2 897 820,15)	(2 922 173,92)
Outros recebimentos / pagamentos		3 811 394,52	3 810 657,31
Fluxos das actividades operacionais [a]		913 574,37	888 483,39
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(423 590,65)	(357 341,30)
Investimentos financeiros		(12 028,10)	(11 556,28)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		292,51	-
Fluxos das actividades de investimento [b]		(435 326,24)	(368 897,58)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		205 360,49	9 855,79
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(505 620,63)	(373 335,69)
Juros e gastos similares		(152 882,11)	(157 377,34)
Fluxos das actividades de investimento [c]		(453 142,25)	(520 857,24)
Variação de caixa e seus equivalentes [a+b+c]		25 105,88	(1 271,43)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	34 681,10	35 952,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	59 786,98	34 681,10
		25 105,88	(1 271,43)

A Direção

Paulo César Borges de Sousa
Acordo Tit
P. P. P.
M. J. C. L.

O Contabilista Certificado

Jose Manuel Mendes Alves Sousa

Anexo

Mapas financeiros



Praia Cultural – C.I.P.R.L.

ANEXO

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Praia Cultural é uma cooperativa de interesse público, de acordo com o artigo 6º do Código Cooperativo e com o Decreto-Lei nº 31/84, de 21 de Janeiro, de responsabilidade limitada e sem fins lucrativos, que tem a sua sede social na Rua Serpa Pinto nº 62, Praia da Vitória, e que tem como objeto principal a criação, difusão, dinamização e animação cultural no espaço concelhio, através de todas as formas de manifestação das tradições culturais características do concelho, bem como de outras iniciativas que promovam o seu desenvolvimento cultural, designadamente no campo da música, teatro, artes plásticas, literatura e audiovisual e criação de espaços e equipamentos culturais.

A Praia Cultural tem também por objeto a prestação de serviços na referida área.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Cooperativa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de dezembro (com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 85/2016, de 21 de dezembro) e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para entidade.

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (“SNC-AP”), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

O conjunto dos normativos que integram o SNC-AP foi utilizado pela primeira vez em 2020 para elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Blouse' and '2018'.

demonstrações financeiras previstas na NCP 1, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Até 31 de Dezembro de 2018, a Cooperativa elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal até àquela data, vertidos no SNC, Diretrizes Contabilísticas e demais legislação complementar. A entidade passou a estar enquadrada no normativo acima descrito, no ponto 2.1.

As reclassificações efetuadas com efeito a 1 de janeiro de 2019, data de transição, foram efetuadas de acordo com as disposições da NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

O efeito dos ajustamentos relacionados com a adoção das NCRF, reportado a 1 de janeiro de 2009, foi registado em resultados transitados, conforme estabelecido na NCRF 3.

A entidade, quanto a este respeito, considerou o que consta no artigo 14 do Decreto-Lei n. 192/2015, de 11 de dezembro, (com a redação dada pelo Decreto-Lei 85/2016, de 21 de dezembro), o qual teve em consideração as orientações constantes da IPSAS 33 s IPSAS e da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 3 do SNC.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, de acordo com as Normas de Contabilidade Pública.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

M.A. Blaus
20/4
3

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base anual/duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

<u>Bem</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	8 - 80
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 10
Equipamento administrativo	3 - 16
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 16

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível, é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber, e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.3 Propriedades de investimento

A Cooperativa classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para obter rendas e/ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

<u>Bem</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	80

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

4.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

4.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Cooperativa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

4.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O lucro tributável difere do resultado contábilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contábilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Cooperativa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Cooperativa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

4.7 Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Cooperativa é o custo médio.

4.8 Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Cooperativa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração) são reconhecidos como rendimentos do próprio exercício, exceto nos casos em que se destinem a financiar déficits de exploração de exercícios futuros, caso em que imputam aos referidos exercícios.

4.9 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.10 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com os serviços prestados.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

Handwritten signature and initials in blue ink, including the number '7'.

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Cooperativa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Cooperativa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.11 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros que são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

4.12 Dívidas de Terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

4.13 Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do

juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o período.

Sempre que existe direito de cumprimento obrigatório de compensar ativos e passivos e a Direção pretenda liquidar, numa base líquida, os mesmos são compensados, e apresentados no balanço pelo seu montante líquido.

4.14 Fornecedores e Dívidas a Terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

4.15 Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4.16 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes (inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

O Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 conforme se seguem:

Descrição	2022	2021
Caixa	8 722,23	5 407,55
Depósitos à ordem	51 064,75	29 273,55
Total	59 786,98	34 681,10

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

Ativo Bruto

	Saldo em 01/01/2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2022
Terrenos e recursos naturais	29 518,86	-	-	-	29 518,86	-	-	-	29 518,86
Edifícios e outras construções	3 689 015,57	-	-	-	3 689 015,57	-	-	-	3 689 015,57
Equipamento básico	1 136 528,39	6 756,64	-	-	1 143 285,03	13 134,83	-	-	1 156 419,86
Equipamento de transporte	16 500,00	-	-	-	16 500,00	-	-	-	16 500,00
Equipamento administrativo	87 921,54	13 371,76	-	-	101 293,30	7 617,43	-	-	108 910,73
Equipamentos biológicos	13 250,00	-	(13 250,00)	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	46 459,88	-	-	-	46 459,88	824,37	-	-	47 284,25
	5 019 194,24	20 128,40	(13 250,00)	-	5 026 072,64	21 576,63	-	-	5 047 649,27

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 01/01/2021	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2021	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2022
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	737 803,05	73 780,30	-	-	811 583,35	73 780,31	-	-	885 363,66
Equipamento básico	1 121 626,14	12 308,23	-	-	1 133 934,37	16 499,31	-	-	1 150 433,68
Equipamento de transporte	9 416,66	2 499,98	-	-	11 916,64	2 500,00	-	-	14 416,64
Equipamento administrativo	85 113,43	14 341,55	-	-	99 454,98	8 587,22	-	-	108 042,20
Equipamentos biológicos	5 796,88	1 518,23	(7 315,11)	-	0,00	-	-	-	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	45 051,43	1 054,28	-	-	46 105,71	1 088,99	-	-	47 194,70
	2 004 807,59	105 502,57	(7 315,11)	-	2 102 995,05	102 455,83	-	-	2 205 450,88
Valor líquido	3 014 386,65				2 923 077,59				2 842 198,39

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta durante a vida útil estimada (Nota 4.2).

7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas em Propriedades de Investimento, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

	Ativo Bruto								
	Saldo em 01/01/2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2022
Terrenos e recursos naturais	65 432,20	-	-	-	65 432,20	-	-	-	65 432,20
Edifícios e outras construções	195 432,19	-	-	-	195 432,19	-	-	-	195 432,19
	260 864,39	-	-	-	260 864,39	-	-	-	260 864,39
	Depreciações Acumuladas								
	Saldo em 01/01/2021	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2021	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2022
Terrenos e recursos naturais	814,31	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	3 908,64	-	-	4 722,95	3 908,64	-	-	8 631,59
	814,31	3 908,64	-	-	4 722,95	3 908,64	-	-	8 631,59
	260 050,08	-	-	-	256 141,44	-	-	-	252 232,80

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método da linha reta durante a vida útil estimada (Nota 4.3).

Bonus


8 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

	Ativo Bruto					
	Saldo em 01/01/2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
Outros ativos intangíveis	4 625 983,25	-	-	-	4 625 983,25	4 625 983,25
	4 625 983,25				4 625 983,25	4 625 983,25
	Amortizações Acumuladas					
	Saldo em 01/01/2021	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
Outros ativos intangíveis	185 039,34	92 519,69	-	-	277 559,03	370 078,69
	185 039,34	92 519,69			277 559,03	370 078,69
Valor líquido	4 440 943,91				4 348 424,22	4 255 904,56

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método da linha reta durante a vida útil estimada (Nota 4.4).

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

9 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Cooperativa dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Cooperativa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A Praia Cultural é uma entidade sem fins lucrativos, no entanto encontra-se abrangida pelo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A Cooperativa encontra-se sujeita à Tributação Autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no CIRC, estando estas taxas sujeitas a uma redução de 30% de acordo com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores.

APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL	2022	2021
Resultado Líquido do Período	531 579,24	216 916,43
Acresce		
IRC (incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros)	38 798,74	29 342,57
Multas e coimas	24 401,48	-
Perdas por imparidade	2 441,24	387 597,75
Gastos não aceites fiscalmente	40 364,33	33 903,89
Encargos com combustíveis	620,15	244,11
Deduz		
Excesso de estimativa para impostos	-	(7 510,21)
Impostos diferidos	(346,62)	-
Lucro Tributável	637 858,56	660 494,54
Prejuízos fiscais dedutíveis	(375 555,01)	(462 346,18)
Matéria Coletável	262 303,55	198 148,36
Imposto Imputável à RAA (14,7% * Lucro Tributável) (+)	38 558,62	29 127,81
Tributações Autónomas (+)	240,12	187,91
Impostos diferidos	(346,62)	0,00
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	38 452,12	29 315,72
Impostos diferidos	346,62	0,00
Pagamento por conta (dedução no IRC a pagar) (-)	(23 304,00)	(6 150,00)
TOTAL A PAGAR	15 494,74	23 165,72

10 INVENTÁRIOS

Em dezembro de 2022 e em dezembro de 2021, os inventários da Cooperativa apresentavam os seguintes valores:

Inventários							
	Inventário em 01/01/2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2022
Matérias primas e consumíveis	-	22,86	-	-	221,38	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Produtos acabados	-	-	-	-	-	-	-
Mercadorias	7 503,97	117 593,14	-	7 939,11	82 662,14	(2 441,24)	3 987,41
	7 503,97	117 616,00	-	7 939,11	82 883,52	(2 441,24)	3 987,41
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				117 180,86			84 393,98
Variações nos inventários da produção				-			-

Roberto
MSA
20/12/22

11 MATÉRIAS AMBIENTAIS

Os ativos de carácter ambiental foram todos adquiridos em exercícios anteriores, estando valorizados ao seu custo histórico. Não existem passivos desta natureza, efetivos ou potenciais, nem quaisquer riscos que justifiquem a constituição de provisões específicas.

12 ATIVOS FINANCEIROS

Cientes e outras contas a receber

Em dezembro de 2022 e em dezembro de 2021, as contas de clientes e de outras contas a receber da Cooperativa, apresentavam a seguinte composição:

	Clientes					
	Quantia Nominal		Imparidade		Valor líquido	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Cientes Correntes						
Saldos não vencidos	6 439,62	0,00	-	-	6 439,62	0,00
Saldos vencidos:						
Até 180 dias	3 206,00	1 019,96	-	-	3 206,00	1 019,96
De 180 a 360 dias	19 115,58	90,00	-	-	19 115,58	90,00
Mais de 360 dias	1 550,93	5 018,24	-	-	1 550,93	5 018,24
Cientes de Cobrança Duvidosa						
	30 312,13	6 128,20	-	-	30 312,13	6 128,20

Outras Contas a Receber

	2022	2021
Adiantamentos e outras operações com o pessoal	65,75	65,75
Outros Devedores	859 228,52	468 340,04
	859 294,27	468 405,79

Outros ativos financeiros

Em dezembro de 2022 e em dezembro de 2021, as contas de investimentos financeiros apresentavam a seguinte composição:

Outros ativos financeiros	2022	2021
Investimentos financeiros	38 475,70	28 805,53
Fundo de Compensação do Trabalho		
Valor de aquisição UP's	40 833,63	28 805,53
Ajustamento justo valor	-2 357,93	0,00
Outros	346,62	0,00
TOTAL	38 822,32	28 805,53

Alouse
MT
16

13 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em dezembro de 2022 e em dezembro de 2021 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos Ativos

	2022	2021
Diferimento de gastos		
Outros gastos diferidos	9 127,86	11 723,50
	9 127,86	11 723,50

14 PATRIMÓNIO LÍQUIDO

14.1 Património/Capital

Em dezembro de 2022, o capital subscrito é detido pelos seguintes *Cooperantes*:

Entidades	Nº de Títulos	%	Valor €
Município da Praia da Vitória	222.119	97,36%	1.110.595,00
Filarmónica União Praisense	5.918	2,59%	29.590,00
Corpo Nacional de Escutas	50	0,02%	250,00
Grupo de Teatro Experimental "A Teia"	3	0,00%	15,00
Grupo Folclórico Fontes da Nossa Ilha	3	0,00%	15,00
Orfeão da Praia da Vitória	50	0,02%	250,00
Total	228.143	100%	1.140.715,00

14.2 Reservas e Resultados Transitados

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021, o resultado líquido do período de 2021 e 2020 foi aplicado da seguinte forma:

	Reservas	Resultados Transitados
Em 01/01/2021	12 556,42	-1 089 270,97
Aplicação de resultados 2020	0,00	4 927,48
Em 01/01/2022	12 556,42	-1 084 343,49
Aplicação de resultados 2021	0,00	216 943,28
Em 31/12/2022	12 556,42	-867 400,21

15 PASSIVOS FINANCEIROS

Em dezembro de 2022 e em dezembro de 2021 as rubricas de "Fornecedores" e de "Financiamentos Obtidos" apresentavam a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores, Conta Corrente	230 698,71	126 163,28
	<u>230 698,71</u>	<u>126 163,28</u>

Empréstimos de Instituições de Crédito:	Entidade financiadora:	2022		2021		Vencimento
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
00-032202329 01/44	Santander	0,00	0,00	44 454,96	0,00	2022
0007/29066000000	CEMAH	205 972,70	3 926 856,62	202 567,26	4 130 886,47	2038
Custo amortizado		-896,46	-7 796,42	-924,90	-8 692,88	2038
Conta Cauçionada	NB Açores	150 000,00	0,00	150 000,00	0,00	
NB 250.000€	NB Açores	64 504,28	0,00	83 857,26	64 337,96	
CEMAH 511.500€	CEMAH	27 574,02	407 509,58	22 295,05	439 206,85	
Descoberto bancário	CEMAH	54 928,47	0,00	0,00	0,00	
	Total	502 083,01	4 326 569,78	502 249,63	4 625 738,40	

16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" nos exercícios findos em dezembro de 2022 e em dezembro de 2021 é detalhada conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2022	2021
621	Subcontratos	20 009,31	0,00
6211	Despesas com Subcontratos	20 009,31	0,00
622	Serviços especializados	199 153,47	224 115,01
6221	Trabalhos especializados	20 166,64	13 731,59
6222	Publicidade e propaganda	10 322,48	482,41
6223	Vigilância e segurança	46 283,25	9 969,22
6224	Honorários	68 072,60	169 065,17
6225	Comissões	279,51	160,93
6226	Conservação e reparação	42 082,04	25 636,74
6228	Outros	11 946,95	5 068,95
623	Materiais	120 543,96	48 622,49
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	46 978,14	23 440,90
6233	Material de escritório	6 401,81	8 483,09
6234	Artigos para oferta	6 115,84	10 510,27
6236	Artigos de higiene e limpeza	15 248,96	0,00
6238	Outros	45 799,21	6 188,23
624	Energia e fluidos	45 776,80	53 122,83
6241	Electricidade	35 946,77	42 117,51
6242	Combustíveis	8 237,53	9 546,45
6243	Água	1 592,50	1 458,87
625	Deslocações, estadas e transportes	67 310,03	20 533,59
6251	Deslocações e estadas	36 884,04	12 842,40
6252	Transportes de pessoal	6 119,15	1 019,30
6253	Transportes de mercadorias	24 306,84	3 759,89
6254	Transportes de material/ Transporte escolar	0,00	2 912,00
626	Serviços diversos	323 285,90	182 944,16
6261	Rendas e alugueres	176 868,42	101 279,29
6262	Comunicação	14 856,37	16 865,93
6263	Seguros	12 446,14	8 429,10
6264	Royalties	50,30	15,40
6265	Contencioso e notariado	268,00	658,48
6267	Limpeza, higiene e conforto	21 602,52	3 852,37
6268	Outros serviços	97 194,15	51 843,59
62	TOTAL	776 079,47	529 338,08

17 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em dezembro de 2022 e em dezembro de 2021 é detalhada conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2022	2021
632	Remunerações do pessoal	2 055 908,17	2 116 610,41
634	Indemnizações	250,00	825,75
635	Encargos sobre remunerações	414 398,53	422 747,98
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	20 921,33	29 743,70
638	Outros gastos com o pessoal	7 121,00	5 220,00
63	TOTAL	2 498 599,03	2 575 147,84

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 o número médio de colaboradores ascendia a 167 e 170, respetivamente.

18 DEPRECIações

A decomposição da rubrica de "Gastos / Reversões de Depreciação e de Amortização" nos exercícios findos em dezembro de 2022 e em dezembro de 2021 é conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2022	2021
641	Propriedades de investimento	3 908,64	3 908,64
642	Ativos fixos tangíveis	102 455,83	105 502,57
643	Ativos intangíveis	92 519,66	92 519,69
64	TOTAL	198 884,13	201 930,90

19 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em dezembro de 2022 e em dezembro de 2021, são detalhados conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2022	2021
691	Juros de financiamentos	152 882,11	158 328,10
69	TOTAL	152 882,11	158 328,10

20 RÉDITO

A rubrica de "Vendas e Prestações de Serviços" nos exercícios findos em dezembro de 2022 e em dezembro de 2021, é detalhada conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2022	2021
71	Vendas	94 822,53	238 017,65
711	Mercadorias	94 323,62	240 602,82
71299	Outros produtos	1 818,08	0,00
717	Devoluções de vendas	-1 119,21	-2 585,17
718	Descontos e abatimentos em vendas	-199,96	0,00
72	Prestação de serviços	279 113,60	69 929,13
7203	Serviços específicos das autarquias locais	96 622,21	58 016,21
7205	Concessões	28,23	932,20
7208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	638,68	0,00
7211	Serviço B - Alugueres	8 974,14	10 980,72
7213	Reparações	36,85	0,00
729	Outros serviços - aluguer de espaços	172 813,49	0,00
71 + 72	TOTAL	373 936,13	307 946,78

A rubrica "Subsídios à Exploração" que inclui os donativos, nos exercícios findos em dezembro de 2022 e em dezembro de 2021, é detalhada conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2022	2021
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos	68 242,44	45 055,70
752	Subsídios de outras entidades	3 854 185,00	3 980 000,00
75	TOTAL	3 922 427,44	4 025 055,70

21 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

DESCRIÇÃO DO SUBSÍDIO	NATUREZA	CAPITAIS PRÓPRIOS	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
		31/12/2022	31/12/2022
<i>Ao Investimento</i>			
Construção do Auditório	Não reembolsável	2 105 949,89	62 716,31
Aquisição da Máquina de Projeção Digital	Não reembolsável	2 825,44	1 801,18
Material desportivo	Não reembolsável	5 193,93	-
TOTAL		2 113 969,26	64 517,49
<i>À Exploração</i>			
Contrato programa CMPV	Não reembolsável	-	3 854 185,00
Outros apoios	Não reembolsável	-	68 242,44
TOTAL		-	3 922 427,44

DESCRIÇÃO DO SUBSÍDIO	NATUREZA	CAPITAIS PRÓPRIOS	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
		31/12/2021	31/12/2021
<i>Ao Investimento</i>			
Construção do Auditório	Não reembolsável	2 105 949,89	57 519,34
Aquisição da Máquina de Projeção Digital	Não reembolsável	2 825,44	1 961,15
Material desportivo	Não reembolsável	5 193,93	5 193,93
TOTAL		2 113 969,26	64 674,42
<i>À Exploração</i>			
Contrato programa CMPV	Não reembolsável	-	3 980 000,00
Outros apoios	Não reembolsável	-	45 055,70
TOTAL		-	4 025 055,70

22 OUTRAS INFORMAÇÕES

22.1 Estado e Outros Entes Públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e Outros entes Públicos” em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

A RECEBER		
	2022	2021
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	9 439,87	5 563,90
IVA reembolsos pedidos	9 439,87	5 563,90
IVA a recuperar	0,00	0,00
TOTAL	9 439,87	5 563,90
A PAGAR		
	2022	2021
IRS - Retenção de Impostos a Terceiros	5 661,94	8 855,54
IRC - a pagar	15 494,74	23 165,72
IRC - Pagamento por conta	-23 304,00	-6 150,00
IRC - estimativa	38 798,74	29 315,72
Contribuições Sociais (inclui Seg. Social/CGA)	42 977,23	44 213,67
TOTAL	64 133,91	76 234,93

22.2. Outras dívidas a pagar e outros créditos a receber

As rubricas "Outras Contas a Receber" e "Outras Contas a Pagar" nos exercícios findos em dezembro de 2022 e em dezembro de 2021 é detalhada conforme se segue:

Outros Contas a Receber		
	2022	2021
<i>Devedores</i>		
Outros devedores	1 245 554,42	854 665,94
ASTP	386 260,15	386 260,15
Adiantamentos a Funcionários	65,75	65,75
Secretaria Regional da Educação e Cultura	0,00	1 125,00
CMPV - Município Praia da Vitória	120 000,00	130 000,00
S.D.C.P.V.	373 579,34	130 756,83
Praia em Movimento	365 647,58	206 456,07
Outros devedores	1,60	2,14
Perdas por imparidade acumuladas	-386 260,15	-386 260,15
TOTAL	859 294,27	468 405,79

Outras Contas a Pagar		
	2022	2021
<i>Credores por Acréscimos</i>		
Remunerações a liquidar	362 520,20	341 173,35
Outros acréscimos de gastos	8 198,76	19 466,01
<i>Credores</i>		
Outros credores	0,00	23,91
TOTAL	370 718,96	360 663,27

22.3 Outros Rendimentos e Ganhos

O detalhe da rubrica de "Outros Rendimentos e Ganhos" no exercício findo em dezembro de 2022 e em dezembro de 2021 é o seguinte:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2022	2021
781	Rendimentos suplementares	0,00	1,66
786	Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	292,51	0,00
788	Outros	64 542,18	72 184,63
7881	Correções relativas a períodos anteriores	24,69	4 304,30
7882	Excesso de estimativa para impostos	0,00	3 205,91
7883	Imputação de subsídios para investimentos	64 517,49	64 674,42
78	TOTAL	64 834,69	72 186,29

22.4 Outros Gastos e Perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" tem no exercício findo em dezembro de 2022 e em dezembro de 2021 a seguinte composição:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2022	2021
681	Impostos	21 948,00	5 577,76
6811	Impostos diretos	60,00	0,00
6812	Impostos indiretos	18 949,75	530,00
6813	Taxas	2 938,25	5 047,76
684	Perdas em inventários *	2 441,24	1 337,60
6842	Quebras	2 441,24	1 337,60
687	Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	5 934,89
6873	Abates	0,00	5 934,89
688	Outros *	52 162,03	177 893,59
6881	Correções relativas a períodos anteriores	9 659,22	149 874,59
6882	Donativos	37 635,77	27 875,00
6883	Quotizações	2 780,01	50,00
6888	Outros não especificados	2 087,03	94,00
6913	Juros tributários	494,08	0,00
6918	Outros gastos e perdas de financiamento	924,90	0,00
	TOTAL	77 970,25	190 743,84

23 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Subsequentemente à data das demonstrações financeiras não ocorreram quaisquer factos cuja relevância seja merecedora de divulgação neste anexo.

24 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

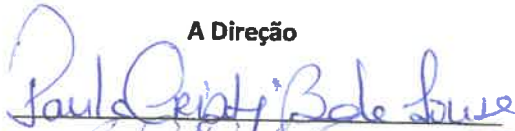
Em cumprimento do disposto no artigo 210.º do Código Contributivo, declara-se que a Cooperativa Praia Cultural não tem dívidas vencidas à Segurança Social.

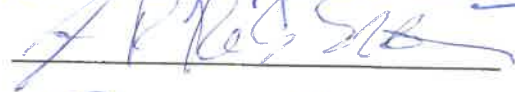
Mais se informa que a Cooperativa não tem quaisquer dívidas em situação de mora ao Estado e Outros Entes Públicos.


Durante o exercício de 2022 foram faturados pela Sociedade de Revisores de Contas "Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SRDC, Lda." o valor de 8.474,64€ (acresce IVA) relativo à revisão legal das contas.


Praia da Vitória, 22 de março de 2023

A Direção

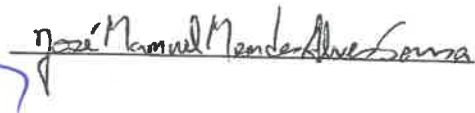








O Contabilista Certificado



Certificação Legal de contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 8.361.106,59 euros e um total de património líquido de 2.866.902,22 euros, incluindo um resultado líquido de 531.579,24 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada, em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com SNC-AP;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da

auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 4.341.063,75 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 3.967.021,33 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 22 de março de 2023



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(SROC n.º 155 e registada na CMVM com o n.º 20161465)

Representada por João Manuel Trigo de Moraes

(ROC N.º 881 e registado na CMVM com o n.º 20160501)

Relatório e Parecer do Fiscal Único

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

À Direção da
Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada (a Entidade), relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade da Direção da Entidade.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido da Direção e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2022, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa (se aplicável) do período findo naquela data e o correspondente anexo. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas nem ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar à Direção e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 22 de março de 2023


SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
(SROC n.º 155 e registada na CMVM com o n.º 20161465)
Representada por João Manuel Trigo de Morais
(ROC N.º 881 e registado na CMVM com o n.º 20160501)

Parecer Concelho fiscal

PARECER

Usando das competências que lhe conferem o Art.º 39º dos Estatutos da *“Praia Cultural – Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada”*, emitir parecer no que respeita à fiscalidade do período e atividade da Cooperativa *“Praia Cultural”*, no espaço de tempo correspondente ao ano económico de 2022.

Assim, e nos termos supramencionados, este conselho procede à apreciação dos documentos fornecidos, para tal efeito.

Com base nos elementos apreciados e postos à disposição para análise, achamos apto para aprovação, o Relatório de Apuramento de Contas do período em apreço.

Praia da Vitória, aos 27 dias do mês de Março de 2022

O Conselho Fiscal







Ata

ATA Nº. 23/2023

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniu na Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira, freguesia de Santa Cruz, concelho de Praia da Vitória, em sessão ordinária, pelas catorze horas e trinta minutos, a Assembleia Geral da Praia Cultural – Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada, com sede na Rua Serpa Pinto, nº. 62, 9760-545 Praia da Vitória. Presidiu Dra. Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira, na qualidade de Presidente deste órgão. Encontrando-se presentes a Dra. Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira, Presidente da Assembleia Geral, Lídia Branco, na qualidade de secretária da Assembleia Geral, Paula Cristina Borges de Sousa, na qualidade de Presidente da Direção, Marco Aurélio Meneses na qualidade de secretário da Direção, Dr. Ricardo Toste, na qualidade de Tesoureiro da Direção, Dr. Carlos Rocha na qualidade de Presidente do concelho fiscal Dr^a Otilia Martins, na qualidade de vogal do concelho fiscal, Judite Parreira, na qualidade de relatora do concelho fiscal, Sr. Armando Silva, em representação do Orfeão da Praia da Vitória. -----

A Assembleia Geral reuniu com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto Um: Apresentação, votação e discussão do relatório e contas relativos a 2022. ---

Ponto Dois: Outros Assuntos. -----

Ponto Um: Entrando no ponto um da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia Geral, deu a palavra ao diretor financeiro, Dr. Rodrigo Azevedo, que explicou pormenorizadamente o relatório e contas referentes ao ano de dois mil e vinte e dois. Começou por explicar o balanço, informando que no “ativo não corrente”, não houve grandes alterações, tendo sido apenas contabilizadas as “depreciações”. No “ativo corrente” as variações mais significativas verificam-se na rubrica de “clientes, contribuintes e utentes”, sendo que esta variação se deve a um maior número de faturas emitidas, devido aos patrocinadores das Festas da Praia 2022 e Outono Vivo. A Outra rubrica onde se verificou uma maior variação é na rubrica de “outras contas a receber”,



ATAS

Folha

4

lhes foram transmitidas superiormente, que a alteração “orçamental em baixa” deve-se ao facto de a Câmara Municipal da Praia da Vitória ter reduzido o valor em duzentos mil euros, sendo que esta redução teve impacto na “rubrica de pessoal” pois era a única onde era possível a redução. O ponto foi submetido a votação pelo que foi aprovado por unanimidade. -----

A Presidente da Assembleia Geral, manifestou a grande preocupação que existe em colmatar a grave situação financeira da Praia Cultural, visto que a transferência da Câmara irá reduzir em junho, por esse fato, informou que se reuniu pessoalmente com a Gerência do Santander Totta do Balcão da Praia da Vitória, solicitando um período de carência de dezoito meses, de forma a liquidar-se apenas o juro, dos empréstimos contraídos. Disse também que já se reúnem as condições necessárias para as assinaturas das escrituras que estavam em atraso, já desde o anterior executivo, de forma a legalizarem e salvaguardarem todas as garantias por parte do Banco Santander Totta. Também salientou que a Câmara tem transferido para a Cooperativa Praia Cultural, acima do valor dos contratos Programa, para fazer face às despesas de custos fixos da Praia Cultural. Falou ainda que o plano de reestruturação passa por todo o Grupo Municipal. A Presidente da Direção informou que houve um pedido de informação por parte do grupo de cidadãos de eleitores da Praia, o qual foi remetido aos serviços jurídicos da Cooperativa Praia Cultural, de forma a elaborar uma resposta legal, salvaguardando o regime geral de proteção de dados, para posteriormente ser-lhes remetida por nós. A Presidente da Direção informou da necessidade da elaboração de um regulamento de cedência e de aluguer de espaços e de equipamentos, salientando a importância de coerência, transparência e legalidade nas respostas dadas aos diferentes pedidos, assim leu o regulamento que foi elaborado, discutido e revisto pelo jurista desta Cooperativa que foi posteriormente aprovado em reunião de direção datada de oito de fevereiro de dois mil e vinte e três. Entrevi o Sr. Armando Silva, representante do Orfeão da Praia da Vitória se essa contenção de despesas por parte da Cooperativa Praia Cultural, está a ter algum impacto na Cultura da Praia da Vitória. A Presidente da Direção da Cooperativa Praia Cultural, a quem a Presidente da Assembleia Geral deu a palavra, respondeu dizendo que acaba por ter algum impacto, mas que embora não se consiga trazer cultura